Contas nacionais

A dimensão ajustada do PIB

Fernando Garcia
Ana Maria Castelo

Os números resultantes da mudança na contabilidade nacional surpreenderam de modo positivo. As novas contas revelaram uma economia maior e mais dinâmica, pois novos setores foram incorporados. Mas, na construção, ocorreu o contrário: os números ficaram menores. Os novos dados confirmam a deterioração do estoque de capital na economia brasileira.

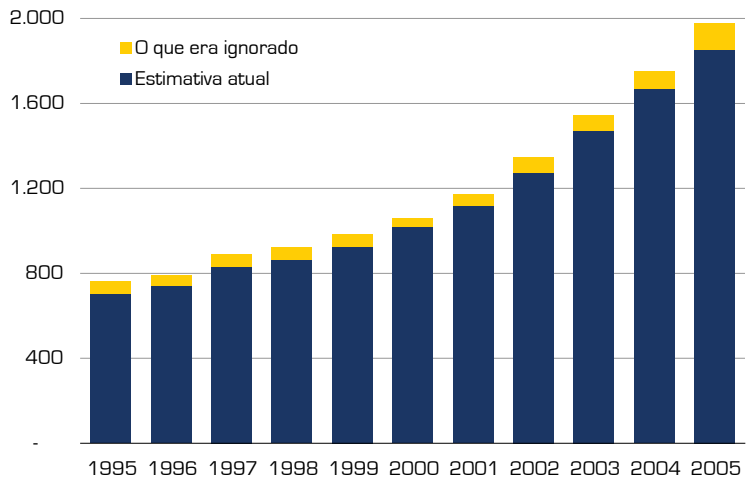
A nova metodologia do PIB, anunciada em abril, consolida uma fase de transição iniciada em 1994, que redesenhou o modelo de produção das estatísticas agregadas do país. Em linhas gerais, a nova metodologia traz três mudanças importantes: (i) de período de referência nas bases das estatísticas, (ii) de classificação de produtos e de setores econômicos e (iii) de bases estatísticas de atualização.

As contas nacionais consolidadas, referentes ao ano de 2003 e publicadas no final de 2005, ainda tinham por referência temporal o ano de 1985, a base histórica do último censo econômico realizado no país. A atual metodologia, que reuniu informações atualizadas por meio do Cadastro Nacional de Estabelecimentos e das pesquisas setoriais de atividades econômicas, trouxe para 2000 a base da contabilidade social brasileira. Isso por si só representa um grande avanço, visto que, entre 1985 e 2000, houve uma enormidade de transformações estruturais na economia brasileira, além de sete planos de estabilização. A falta de atualidade do período de referência ocasionava distorções de magnitude nas estimativas do IBGE.

A classificação na antiga contabilidade contemplava 80 produtos e 42 setores de atividade. A nova metodologia passou a contemplar 110 produtos e 55 setores, passando a descrever de forma mais desagregada a economia brasileira. Mais que isso, a antiga classificação "escondia" setores que se tornaram grandes nesses últimos 20 anos em meio a outros de estrutura e características produtivas bastante distintas. Esse é o caso, por exemplo, do setor de celulose, cujas estatísticas apareciam somadas às dos setores de produção de papel e de gráficas. Nessa ampliação de setores e produtos contemplados individualmente, vale mencionar também o ocorrido com o ramo de serviços, o maior da economia nacional e que antes era desagregado em apenas 7 setores, excluindo os serviços da administração pública, e que agora



PIB em R$ bilhões: o que era ignorado



Fonte: IBGE

A antiga classificação "escondia" setores que se tornaram grandes nos últimos 20 anos, como o de celulose, em meio a outros de estrutura e características distintas

passou a contar com uma desagregação de 12 setores.

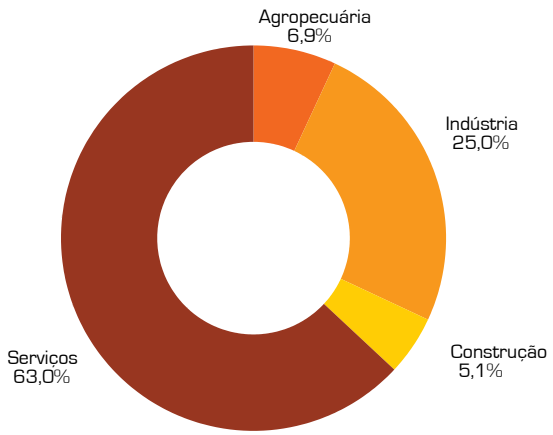
A terceira dessas mudanças, a mais importante quando se olha o futuro, é a de método de atualização. Na antiga metodologia, a atualização das contas centradas em 1985 era feita por meio de pesquisas mensais de atividade, as quais não abrangiam todos os produtos da economia brasileira e contavam com amostras relativamente pequenas de empresas.

No caso da construção civil, essa sistemática comprometia a acuidade das inferências, uma vez que o PIB da construção era inferido somente a partir da evolução acumulada da produção de materiais de construção, mantendo fixa a relação tecnológica existente em 1985, entre o valor adicionado das construtoras e seu consumo de materiais de construção. As mudanças tecnológicas da indústria de materiais de construção e dos processos construtivos ocorridas desde 1985 estavam ignoradas.

Com isso, as novas contas nacionais ganharam em qualidade, atualidade e detalhamento. E, ao serem publicadas, apareceram os desvios de estimativa ocasionados pela metodologia anterior. O efeito mais visível disso pode ser visto no próprio PIB brasileiro, que, com o melhor dimensionamento, mostrou-se maior. O PIB de 2003, por exemplo, ficou cerca de 5% maior e passou de R$ R$ 1,396 trilhão para R$ 1,471 trilhão. A expansão do setor de serviços respondeu, em grande parte, por esse crescimento. O setor passou a representar uma fatia maior das atividades do país. Pelas contas antigas, o setor de serviços representava 56,7% do PIB em 2003. Pela nova metodologia, sua participação passou para 63,8% do PIB. A nova contabilidade passou a incorporar, entre outros, os avanços na produção de serviços de informações, como a internet e a TV por assinatura. O setor financeiro foi outro que cresceu significativamente nas últimas décadas e cuja participação estava subestimada.

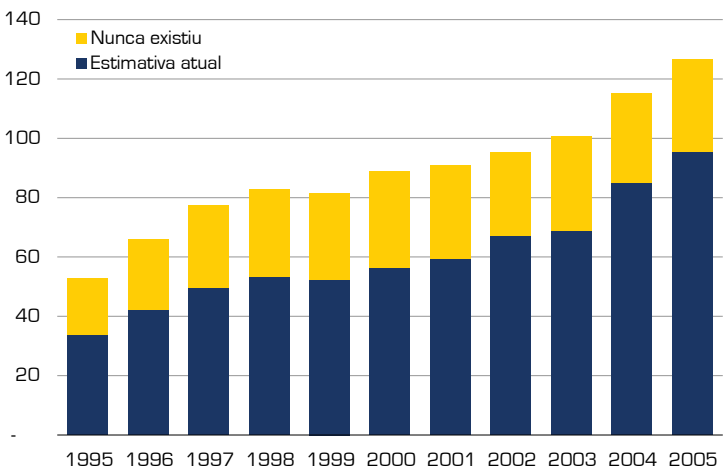
Em contrapartida, a construção civil era um setor cujas atividades estavam seguramente superestimadas. Isso porque, em 1985, a indústria da construção tinha uma participação mais elevada na economia nacional. Nessa época, ainda se terminava de construir uma série de obras de infra-estrutura iniciadas na década anterior, e os fundos de financiamento da construção ainda mostravam alguma vitalidade. Essa base é totalmente distinta

Distribuição do PIB por ramo de atividade, 2004



Fonte: IBGE

PIB da construção em R$ bilhões: o que nunca existiu



Fonte: IBGE

A nova contabilidade passou a incorporar, entre outros, os avanços na produção de serviços de informações, como a internet e a TV por assinatura

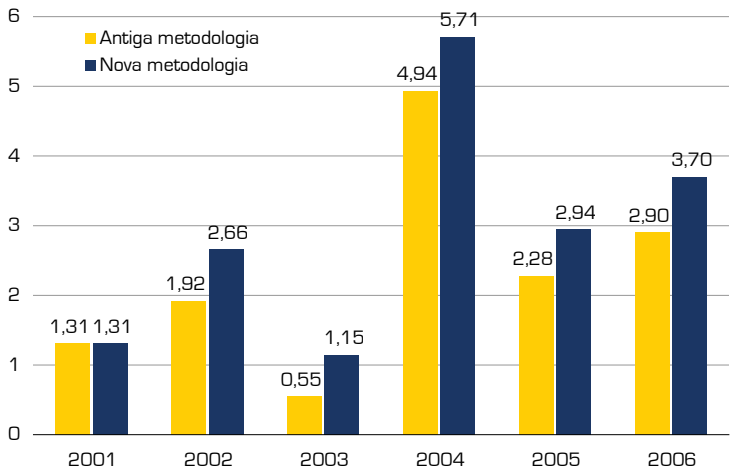
daquela que prevaleceu após a falência do BNH, em 1986, e o esgotamento do investimento público na década de 1990. A necessidade de ajustes nas contas do setor, na magnitude da ocorrida, já havia sido antecipada em estudos recentes da FGV sobre a cadeia da construção[1].

Com a nova metodologia, apareceu a real magnitude da diminuição de participação da construção civil no PIB brasileiro. A nova estimativa indica um PIB da construção de R$ 68,9 bilhões em 2003, valor significativamente inferior aos R$ 100 bilhões estimados pela antiga metodologia. Com isso, a participação da construção no PIB de 2003 passou de 7,23%, na antiga metodologia, para 4,67%, na nova. Em conseqüência disso, houve também uma diminuição na taxa de investimento do país, que passou de 17,8% do PIB, na antiga metodologia, para 15,3% do PIB, na nova.

Ao contrário das contas de produção, o número de ocupados na construção estava subestimado: a velha metodologia estimava 3,7 milhões de ocupados em 2003, enquanto já se falava em mais de 5 milhões de pessoas ocupadas, entre empresários, assalariados e trabalhadores autônomos. Esse número também foi revisto pelas contas nacionais, ajustando-se aos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (Paic). A nova metodologia aponta para 5,4 milhões de ocupados na média de 2003.

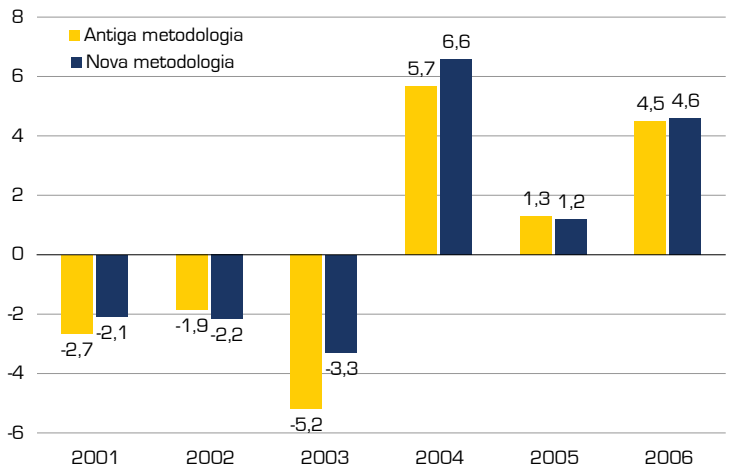
As mudanças referentes às estimativas de PIB e de produto da construção também afetaram as inferências quanto às taxas de crescimento da economia brasileira e do setor nos anos 2000. Os gráficos ilustram as estimativas segundo a antiga e a nova metodologia. O cálculo das taxas de crescimento do PIB trimestral da construção continuará sendo estimado a partir dos índices de volume dos insumos típicos da atividade. No entanto, o índice da construção passou a incorporar também, nas contas nacionais anuais, os serviços consumidos e outros indicadores da mão-de-obra. Em razão de limitações na disponibilidade de dados trimestrais, o ajuste se dará por ocasião da elaboração das contas nacionais.

Taxa de crescimento da economia brasileira



Fonte: IBGE

Taxa de crescimento do PIB da construção



Fonte: IBGE

1 GVConsult (2006): *A Tributação na Indústria Brasileira de Materiais de Construção*. Fundação Getulio Vargas, São Paulo. FGV Projetos (2006): *A Construção do Desenvolvimento sustentado: a importância da construção na vida econômica e social do país*. Fundação Getulio Vargas, São Paulo.